Equador: povos indígenas à beira da extinção pela atividade madeireira ilegal

Em 27 de abril de 2007, depois de uma visita à Amazônia, o Presidente da República Ec. Rafael Correa decretou a proibição de extração de madeira na área devido à iminente desaparecimento das florestas nativas do país. Apesar desta declaratória, a extração de cedro no interior do Parque Nacional Yasuní (PNY) e na Zona Intangível continua incontrolável.

O Parque Nacional Yasuní e a Zona Intangível são territórios dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário Tagaeri/Taromenane. A invasão em seu território pelas companhias petroleiras, madeireiras e turistas tem colocado estes povos à beira da extinção. Várias medidas têm ficado escritas no papel até a data para evitar que isso aconteça, mas não foram implementadas.

Percorrendo a Zona Intangível, membros do Povo Huaorani junto com ativistas de Acción Ecológica, constataram a presença de várias quadrilhas de madeireiros extraíndo cedro na espessura da mata. A situação destes homens é tão penosa que não têm outra alternativa que colocar em risco sua vida em troca de poder contar com um ingresso do que sobreviver. Os que se beneficiam e controlam o negócio da madeira do Yasuní não são esses jornaleiros que arriscam sua vida, mas empresários madeireiros que estão com certeza em posições cômodas e influentes manipulando seus fios de poder.

Na Ponte do Rio Shiripuno, canoas de grande calado carregadas com quadrilhas de jornaleiros, armas de fogo, motosserras e mulas, penetram sem dificuldade na mata para extrair pranchas de cedro, madeira muito apreciada por sua qualidade e escassez.

Neste local da Amazônia, as declarações do Presidente nem o Decreto de Delimitação da ZI, nem a proibição que a Ministra do Ambiente decretou em 11 de janeiro de 2007 para o cedro e o mogno não têm peso, porque não há quem possa implementar estas medidas. Até a data não se tem podido concretizar uma coordenação entre as autoridades e ministérios responsáveis, não existem postos de controle nas rodovias, nem na entrada do parque, nem nos portos, o sistema florestal continua sendo deficiente e corrupto e a madeira circula sem impedimentos até Guayaquil para sua exportação ou para Tulcán para o mercado da Colômbia.

Navegando pelo rio Shiripuno achamos duas canoas grandes que baixavam tranquilamente com seus ocupantes rumo aos acampamentos madeireiros instalados mata adentro. As pegadas da invasão são visíveis, claras no meio da mata: plásticos, lixo, grandes blocos de pranchas de cedro flutuando à beira do rio e semi-escondidos na ribeira.

No rio Cononaco, achou-se uma serraria clandestina; as pranchas estavam empilhadas esperando que “seus donos” viessem recolhê-los. Bem perto desse local aconteceram vários ataques dos Tagaeri/Taromenane para defender seu território das invasões. Apesar do risco de um novo enfrentamento, continua extraíndo-se cedro do lugar.

A viagem continuou pelo Shiripuno até chegar à comunidade huaorani de Boanamo. Na frente do

cais havia uma canoa onde carregavam pranchas de madeira que chegavam, em uma embarcação menor, pelo estreito rio Boanamo. Três homens desembarcaram a madeira e depois voltaram pelo Boanamo águas acima.

As pessoas de Boanamo disseram que essa madeira a tinha ordenado tirar outro huaorani chamado Ike, da comunidade de Tigüino. Não tinham negociado nada com Boanamo e encarregaram ao guia deste roteiro que quando sair lhe perguntara a Ike se era verdade que a madeira era sua.

Em Boanamo vivem 15 pessoas. O chefe da comunidade é Omayegue; nem ele nem sua mulher falam espanhol. Nenhum dos dois concorda com a extração de madeira de seu território. Durante a tarde e noite que permanecemos na comunidade, falamos com Nantu Guaponi, guia do roteiro, a respeito de seu desacordo com a extração de madeira e sua disposição para achar alternativas econômicas para a comunidade.

Conforme as conversações mantidas nesta comunidade, os Taromenane vivem a poucas horas de caminho desde Boanamo. Omayegue conhece seus caminhos e até costuma passar semanas inteiras percorrendo seu território, da mesma maneira na que tem feito o povo huaorani há milhares de anos.

Subimos 15 minutos pelo boqueirão do Tiwino até achar um acampamento madeireiro habitado, onde vimos roupa pendurada e um fogão. Tinha a cobertura de plástico preto e parecia albergar muitas pessoas. As condições do acampamento eram elementares, apenas se podia apreciar a cobertura levantada com troncos. Sobre o rio e junto ao acampamento havia uma canoa média com tanques de combustível. A 100 metros do acampamento havia uma grande quantia de pranchas semi-escondidas.

De volta, sobre a via Auca não achamos nenhum posto de vigilância para o controle de caminhões carregados que circulam com madeira.

Esses fatos evidenciam que o corte ilegal de cedro é um problema que não tem sido resolvido dentro do Parque Nacional Yasuní, o Território Huaorani e a Zona Intangível. Precisam-se ações urgentes para acabar com essa perigosa ameaça. A situação especial de proteção para a ZI é conhecida por todos os atores (menos pelos povos livres) e ainda assim ninguém a respeita. Também não existe a vontade de fazer respeitar a legislação existente. Como dizem os madeireiros “digam o que dizer em Quito, aqui tudo continua o mesmo”.

Devem adotar-se medidas urgentes que incluam postos de vigilância de entrada ao PNY, postos de controle de madeira, controle permanente de circulação de caminhões, conscientização e alternativas econômicas para as comunidades indígenas envolvidas no tráfico, negociações e possibilidades de trabalho para que os madeireiros que ingressam ao PNY saiam pacificamente, acompanhamento das denúncias apresentadas na Promotoria Pública contra os intermediários, que desemboquem nas lideranças desta máfia.

É muito importante atingir acordos com as populações locais com o objetivo de que elas se transformem nos principais atores envolvidos na manutenção do PNY e seus recursos.

Devem desenvolver-se políticas para a proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário em coordenação com a CONAIE, declarar a ZI como território indígena dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário conservando sua condição de intangibilidade a perpetuidade e proibir medidas que impulsionem o contato.

Além disso, não devem outorgar-se mais licenças para a extração de hidrocarbonetos dentro da reserva da Biosfera Yasuní e a comunidade internacional deveria apoiar a proposta de manter o cru no subsolo no bloco ITT, como o propôs o governo equatoriano.

Por Nathalia Bonilla, Campanha de Florestas, Acción Ecológica, e-mail: foresta@accionecologica.org, www.accionecologica.org